

## Economia

São mais de US\$ 2 bilhões do serviço da dívida externa que vencerão em setembro, mas o pagamento só será feito se o País receber recursos novos. O comunicado oficial aos bancos deve sair hoje.

*Dívida  
Externa*

# Brasil avisa que não pode pagar os

# juros

O governo brasileiro já comunicou ao comitê dos bancos credores que o País não poderá pagar os serviços da dívida externa devidos para setembro — mais de US\$ 2 bilhões —, se não houver a entrada de novos recursos no País. A informação é do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, transmitida aos empresários do Rio que se reuniram com ele anteontem, num jantar na casa do empresário Sérgio Quintela. O ministro disse que um comunicado oficial do comitê ao conjunto dos 600 bancos credores poderia ser emitido ainda hoje com essa informação e também com a solicitação do Brasil de reanalisar os pontos do acordo da dívida feito no ano passado — como a concessão de **realendings** (reempréstimos).

De acordo com o vice-presidente financeiro do grupo Montreal, Roberto Ramos, Mailson enfatizou que a posição do governo é a de defender as reservas internacionais do País, que estão hoje na casa dos US\$ 6,2 bilhões. A estratégia do governo em relação aos credores foi definida por Mailson como “não confrontacional”. A perda das reservas, disse o ministro aos empresários, seria um verdadeiro “passaporte para o desastre”.

“A reunião foi muito boa e o ministro apresentou os números macroeconômicos de forma bem clara”, disse o presidente da White Martins, Félix de Bulhões, destacando que Mailson acenou com inflação de 28,2% para julho e percentual semelhante ou mais baixo para agosto, números que o ministro repetiu no Conselho Monetário Nacional.

## Reajustes

Um dos grandes testes para manter a inflação nesses níveis será a política de correção dos preços e tarifas públicas. No cronograma de aumentos que está sendo preparado pelo governo, os combustíveis terão reajustes a cada vinte ou trinta dias, com um valor correspondente à inflação do período acrescida de um percentual de recomposição dos preços. A informação é do presidente da Petrobrás, Carlos Santana, que se reuniu ontem com o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes.

A diferença dos preços dos combustíveis, segundo a Petrobrás, é de 40% e deve ser zerada até dezembro. Esse índice de defasagem, disse Santana, embute um percentual para ser aplicado nos investimentos da empresa, que já foram reduzidos de NCz\$ 3 bilhões para NCz\$ 1,6 bilhão, neste ano. Mas para o ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, a diferença nos preços da Petrobrás é outra, e não ultrapassa 30%. Hoje, Santana almoça com o ministro Mailson da Nóbrega para definir o percentual e a periodicidade dos futuros aumentos de combustíveis.